

TELECENTROS COMUNITÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

LIÇÕES SOBRE TELECENTROS COMUNITÁRIOS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

KARIN DELGADILLO
RICARDO GOMÉZ
KLAUS STOLL



IDRC  CRDI
Canada 


www.rits.org.br

FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG

fundación

ChasquiNet

Telecentros Comunitários para o Desenvolvimento Humano

Lições sobre telecentros comunitários na América Latina e Caribe

© Karin Delgadillo, Ricardo Gómez, Klaus Stoll.

Traduzido do original em espanhol: Telecentros... ¿Para qué? - Lecciones sobre Telecentros Comunitarios en América Latina y el Caribe, Quito: Fundação ChasquiNet, novembro de 2002.

ISBN: 9978-42-665-5.

Ilustrações e projeto gráfico originais: Omar M. Mondeja (allimagen@hotmail.com)
Edição original: María de Lourdes Acosta, Giovanna Tipán.

Tradução: Joyce Hurtado

Adaptação e edição brasileira: Graciela Selaimen e Carlos A. Afonso

Montagem da edição brasileira: Bonde Zaine

As edições originais em espanhol e inglês desta publicação foram apoiadas pelo Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento (CIPD), Canadá.



Esta edição em português foi produzida pela Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits), com o apoio da Fundação Friedrich Ebert/ILDES.



Esta publicação pode ser encontrada nos seguintes sítios:

Em espanhol e inglês: www.tele-centros.org, www.idrc.ca

Em português: www.infoinclusao.org.br

Primeira edição, dezembro de 2003
40 páginas, 21 x 28 cm

rits

Rede de Informações para o Terceiro Setor
Rua Guilhermina Guinle, 272 – 6º andar – Botafogo
22270-060 Rio de Janeiro RJ Brasil
<http://www.rits.org.br>
rits@rits.org.br
telefone +55-21-2527-5494
telefax +55-21-2527-5460



TELECENROS COMUNITÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Conteúdo

Introdução à edição brasileira	06
Apresentação	07
O que é um telecentro comunitário?	08
Princípios básicos para telecentros comunitários	10
Para que serve um telecentro comunitário	12
A sustentabilidade é mais do que um assunto econômico	14
Conseqüências negativas – como evitar	16
Exemplos de experiências de telecentros comunitários	17
Lições aprendidas nas experiências de telecentros comunitários	20
A rede Latino-americana somos@telecentros	22
A massificação do acesso e a conectividade	24
Desafios futuros para a inclusão digital	26
Telecentros comunitários e políticas públicas no Brasil	28
- Sampa.org	28
- Projeto Telecentros de Porto Alegre	30
- Projeto Telecentros de São Paulo	32
Recursos úteis	36
Agradecimentos	38



As tecnologias da informação, junto com a habilidade para usá-las e adaptá-las, são o fator crítico para gerar e possibilitar acesso à riqueza, poder e conhecimento no nosso tempo.

Manuel Castells

Introdução à edição brasileira

A década de 90 pode ser considerada mundialmente como a “década da Internet”. Foi o período em que a rede se propagou para quase todos os países, interconectando dezenas de milhares de cidades em todo o mundo, atravessando barreiras geopolíticas e permitindo que muitos cidadãos e cidadãs de cada país se comunicassem como cidadãs e cidadãos do mundo.

Foi também na década de 90 que os microcomputadores evoluíram o suficiente para a utilização eficaz das interfaces gráficas (surgidas na década de 70, especialmente a partir do Laboratório PARC da Xerox), desenvolvidas pela Apple na década de 80 a partir dos conceitos do PARC e copiadas da Apple pela Microsoft para criar o Windows. Isso possibilitou a generalização de uma interface gráfica de navegação em textos e imagens residentes em servidores Internet, desenvolvida pelo CERN na Suíça. Espalhava-se assim, a partir de meados da década de 90, a *World Wide Web*, a Internet “gráfica” que hoje conhecemos e da qual muitos de nós dependem para nossas atividades profissionais e de lazer.

“Nós”? Quem são esses “nós”? Na América Latina e Caribe, muito poucos – menos de 6% da população em média, em sua quase totalidade residente nos principais centros urbanos, e em sua imensa maioria pertencente às classes dos que podem pagar por serviços de telefonia e de acesso, além de ter computador em casa ou no escritório. São as pessoas do lado privilegiado da chamada *brecha digital*, que separa as que têm acesso às novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) das que não podem ter por razões econômicas – a imensa maioria de socialmente excluídas.

A década de 90 também presenciou, especialmente em nossa região, o surgimento de movimentos de *inclusão digital* – esforços para democratizar o acesso à Internet e permitir que as pessoas aprendessem a utilizar todos os instrumentos da rede para o desenvolvimento de suas capacidades. Os *telecentros comunitários* são a expressão mais concreta desses esforços em busca de alternativas de apropriação coletiva dos recursos da rede, e a rede [somos@telecentros](mailto:somos@telecentros.org) é o exemplo mais destacado em nossa região da busca de iniciativas comuns para diminuir a brecha digital.

Uma abordagem que começa a se destacar (especialmente no Brasil) para uma estratégia nacional de inclusão digital é a que busca combinar políticas públicas de democratização do acesso com a apropriação comunitária de seus instrumentos. O telecentro comunitário, também nessa abordagem, é a peça central, e o apoio de políticas públicas para manter sua infra-estrutura e seus custos operacionais, um aspecto crucial da mesma, como revelam os exemplos descritos em detalhe no texto.

Este pequeno livro procura resgatar um pouco da história e das lições desses esforços na América Latina e Caribe, servindo como uma referência para as comunidades, entidades civis, iniciativa privada e governos genuinamente interessados na inclusão digital como um componente hoje essencial do desenvolvimento humano.

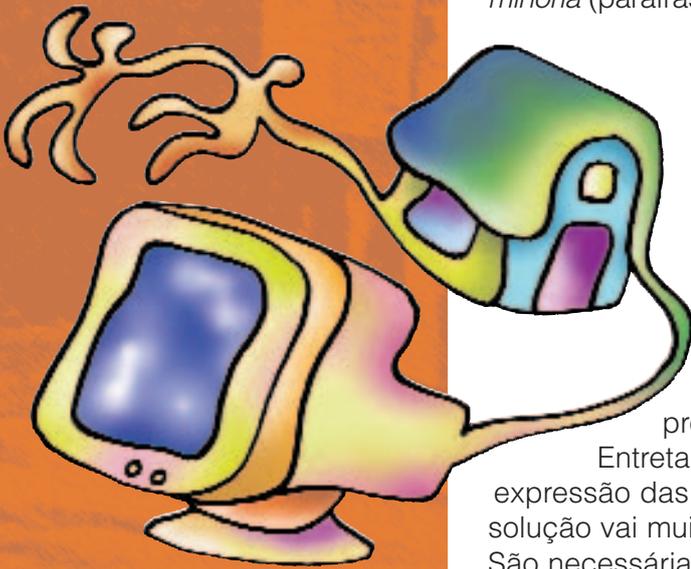
Paulo Henrique Lima – Diretor Executivo da Rits
Carlos Afonso – Diretor de Planejamento e Estratégias da Rits

Apresentação

Este documento é o resultado de vários anos de pesquisa sobre telecentros comunitários na América Latina e no Caribe, conduzida pela fundação ChasquiNet do Equador, entre outros, com o apoio do programa PAN Américas do Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento (CIPD) do Canadá.

Em um mundo cada vez mais globalizado, a comunicação e o acesso à informação não são um luxo, mas sim um direito fundamental dos povos para conseguir o desenvolvimento humano integral, entendido como o fortalecimento da democracia com justiça social, a prosperidade econômica com equidade e a realização do potencial humano em suas múltiplas dimensões.

Na América Latina e no Caribe, como em outras regiões do mundo, as tecnologias digitais representam uma grande oportunidade para o desenvolvimento humano. Entretanto, as condições de acesso, os custos e as capacidades para usar e apropriar-se destes novos recursos técnicos são muito limitadas para a grande maioria das pessoas, os setores marginalizados da sociedade. Se não fizermos algo para mudar isto, as tecnologias digitais não serão mais do que um instrumento a serviço da *imensa minoria* (parafraseando o slogan de uma emissora de música clássica).



Os telecentros comunitários, que têm se multiplicado na região, são instrumentos que procuram diminuir a chamada *brecha digital*. Entretanto, se a brecha digital não é mais do que uma expressão das desigualdades sociais, econômicas e políticas, a solução vai muito mais além da montagem dos telecentros. São necessárias estratégias ambiciosas de *inclusão digital*.

A inclusão digital promove não só o acesso, mas sim o uso e a apropriação social das novas tecnologias digitais, para atender às necessidades das comunidades, para promover a formulação de políticas públicas, a criação de conhecimentos, a elaboração de conteúdos apropriados e o fortalecimento das capacidades das pessoas. Desta maneira, a inclusão digital contribui para melhorar as condições econômicas, sociais, culturais e políticas da *imensa maioria*.

O que é um telecentro comunitário?

Os telecentros comunitários são um instrumento poderoso para apoiar o desenvolvimento local através do uso das *tecnologias digitais de informação e comunicação* (as TICs) e o fortalecimento da inclusão digital.

Na América Latina e no Caribe há muitos tipos de telecentros, desde os mais básicos, que nascem da gestão própria de uma comunidade e onde não existe boa conectividade com a Internet. Também existem centros de serviços nos quais se combinam diversas tecnologias digitais avançadas com conectividade de banda larga à Internet. Existem experiências de telecentros que operam em escolas, centros culturais ou dependências do governo local e outros que funcionam em organizações comunitárias ou não-governamentais. Em alguns casos, os telecentros funcionam em instalações independentes, em zonas comerciais ou locais turísticos.

Estes últimos tendem a ser pequenas empresas comerciais que oferecem serviços de computação e conectividade como negócio, freqüentemente combinados com os serviços de lanchonete ou restaurante (muitas vezes chamados de *cibercafés*).

Ainda que todos estes possam ser chamados genericamente de telecentros, neste documento distinguimos três tipos de experiências relacionadas com o acesso público às tecnologias digitais:

Telecentros comunitários

Os telecentros comunitários são iniciativas que utilizam as tecnologias digitais como instrumentos para o desenvolvimento humano em uma comunidade. Sua ênfase é o uso social e a apropriação das ferramentas tecnológicas em função de um projeto de transformação social para melhorar as condições de vida das pessoas.



são locais de encontros e intercâmbio, espaços de aprendizagem, crescimento pessoal e mobilização para resolver problemas e necessidades da comunidade.

Cibercafés ou cafés Internet

Estes são centros de acesso público às TICs que têm por finalidade gerar lucro para seus proprietários. Com frequência oferecem serviços combinados de computação, conectividade e alimentação, sendo genericamente conhecidos como cibercafés ou cafés Internet. Com ou sem alimentação, os cibercafés oferecem desde serviços básicos de e-mail, navegação Web ou jogos eletrônicos, até serviços de chamada interurbana, cópia de CDs, digitalização de imagens, impressão laser e fotografia digital. Com frequência oferecem capacitação básica no manejo das ferramentas, se isto ajuda a ganhar novos clientes.

A tecnologia e a conectividade são importantes, mas não suficientes para o bom andamento dos telecentros comunitários e a continuidade de seus objetivos de desenvolvimento.

Nos telecentros comunitários formam-se facilitadores/as e promotores/as comunitários/as não só em aspectos técnicos de informação e comunicação como também em usos estratégicos das tecnologias digitais para a mudança social.

Os telecentros comunitários

Para que os cibercafés sejam um negócio viável, em geral se encontram em zonas onde há pessoas com maior poder aquisitivo, não em zonas rurais ou marginais urbanas. Tendem a concentrar seus serviços sobre o que seja mais rentável em cada lugar. Deste modo, nos cibercafés o interesse social ou de desenvolvimento não existe – se existir, ocupa um lugar secundário.

Outras atividades de conectividade

Há muitos projetos e experiências de uso de tecnologias digitais e de conectividade que não são telecentros: estes incluem redes acadêmicas ou escolares, serviços de informação pública governamental, sistemas de compras ou licitação eletrônica e muitos outros serviços via Internet. Ainda que estes usem as TICs e possam ter um efeito relevante sobre o desenvolvimento humano, não os consideramos como parte das experiências de telecentros comunitários.

Princípios básicos para telecentros comunitários

Estes são alguns princípios básicos para a operação de um telecentro comunitário:

Participação da comunidade

As novas TICs são bem recentes, e assim a maioria dos telecentros são iniciativas que vêm de fora da comunidade. Entretanto, a participação é o elemento mais importante para o sucesso e a sustentabilidade do telecentro. Promover a participação da comunidade na implantação, montagem e melhora contínua do telecentro é um processo mais lento, mas decisivo para que a comunidade se apodere e se comprometa com o bom funcionamento do telecentro comunitário.

Por esta razão não é surpreendente encontrar telecentros comunitários que nem sequer têm boa conectividade: telecentros sem “tele”. Estes podem até ter a vantagem de contar com mais tempo para aprofundar a relação do projeto com a comunidade, introduzindo a Internet de forma mais gradual.

Consolidação de uma visão social

Mais que um assunto de conectividade, os telecentros oferecem uma oportunidade de acesso, uso e apropriação de tecnologias digitais para solucionar problemas e contribuir para o desenvolvimento humano integral. O ponto de partida não é a instalação de equipamentos e conexões e sim a organização comunitária para a solução de seus problemas específicos, os quais podem mudar de um contexto a outro.

A melhor maneira de ancorar os telecentros a uma visão social é planejá-los e instalá-los de modo que se integrem a outros espaços e atividades de comunicação que funcionem bem com a comunidade. Estas atividades podem ser rádios comunitárias, bibliotecas públicas, centros e grupos culturais, organizações comunitárias, escolas, entre outras.



Gestão e utilização de tecnologias apropriadas

A gestão de um telecentro comunitário responde à missão social de suas atividades e faz uso dos instrumentos técnicos que sejam mais apropriados para ajudar a resolver os problemas.

Hoje é possível montar e operar eficazmente um telecentro com equipamentos básicos de computação e comunicação, utilizando programas que operam inteiramente com *software livre* (programas de computador de código aberto, de livre distribuição e sem custo de licenças), como os sistemas baseados em GNU/Linux, em lugar de sistemas e programas comerciais dominantes e caros (o *software proprietário*).

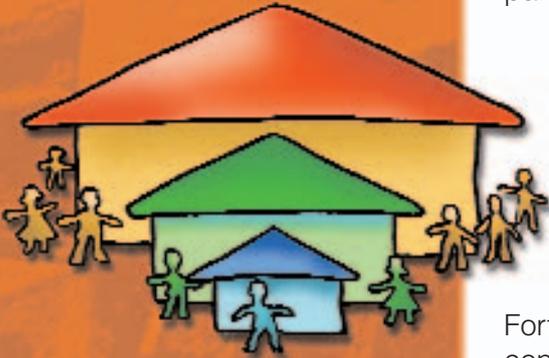
Formação e capacitação permanente

O calcanhar de Aquiles dos telecentros, como o de muitas outras experiências de comunicação popular e comunitária, é a capacitação de operadores/as e usuários/as para tirar o melhor proveito das tecnologias disponíveis. Sem capacitação o telecentro comunitário morre pela inércia de operadores/as que não conseguem ajudar os usuários/as, ou pela ausência de usuários/as capazes de tirar o máximo da tecnologia disponível.

Freqüentemente, os cibercafés oferecem capacitação básica aos clientes para usar o correio, a navegação Web ou as salas virtuais de bate-papo (*chat*), com o fim de assegurar o seu retorno como consumidores/as. Nos telecentros comunitários a capacitação vai muito mais além, incentivando que os usuários/as possam entender de que maneira as tecnologias digitais podem solucionar os seus problemas e contribuir para o seu desenvolvimento humano integral.

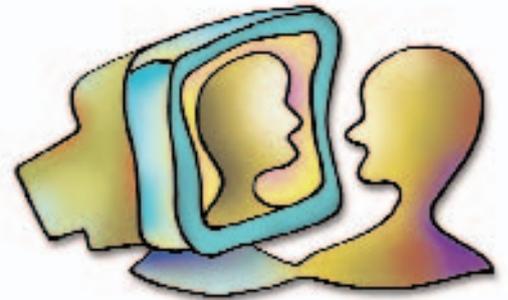
Para que serve um telecentro comunitário?

Estes são alguns dos campos nos quais os telecentros comunitários da América Latina e Caribe contribuem para o desenvolvimento humano integral:



Emprego e empreendimentos locais

Fortalece habilidades e conhecimentos que podem abrir novas oportunidades de emprego ou de geração de renda, e ajuda a consolidar as microempresas locais, melhorando sua gestão, capacidade de negociação, acesso à informação, compras e publicidade.



Fortalecimento da auto-estima

Ajuda a reconhecer as próprias capacidades, a visualizar um futuro melhor, a desenvolver a criatividade e a fortalecer o trabalho em equipe.



Saúde

Facilita o acesso à informação sobre doenças, tratamentos, medicamentos, medicina preventiva e alternativa, higiene e educação sexual.



Organização comunitária

Propicia a construção de novas formas de organização, fortalecendo as capacidades individuais e coletivas, promovendo novos líderes e ajudando a solucionar problemas e necessidades concretas da comunidade.



Educação

Apóia as atividades escolares e contribui para a educação não formal nas comunidades, especialmente com as crianças e os jovens.



Planificação urbana

Apóia a organização comunitária na planificação e execução de projetos habitacionais, prevenção e diminuição de desastres, melhoramento de serviços públicos e espaços comuns.



Descentralização e incidência política

Dinamiza a participação comunitária e a informação para a ação política, facilita a comunicação com governos locais, fortalece a descentralização administrativa e agiliza trâmites burocráticos.



Informação e conhecimento

Oferece o acesso a novas e diversificadas fontes de conhecimento e informação e permite a expressão de uma visão própria; fortalece o intercâmbio de experiências e a colaboração com grupos e redes em nível nacional e internacional, além de facilitar a comunicação com pessoas afastadas de seu lugar de origem (migrantes e outras).

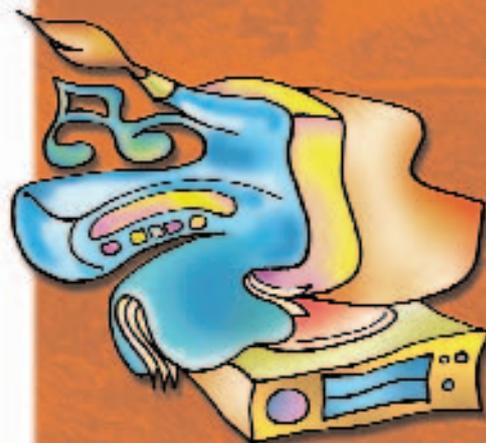


Fortalecimento de grupos marginalizados

Oferece instrumentos que podem fortalecer e ajudar a defender as vozes dos grupos indígenas, grupos de mulheres, trabalhadores rurais, jovens e outros setores marginalizados ou explorados.

Comunicação e cultura

Facilita a criação de diferentes formas de expressão artística e cultural, com a combinação de diferentes tecnologias de comunicação úteis à comunidade: vídeo, rádio, meios impressos (jornais, revistas), Internet, programas de animação e outros.



A sustentabilidade é mais que um assunto econômico

Os telecentros comunitários necessitam planejar e manter estratégias de sobrevivência a longo prazo. Se a comunicação é um direito fundamental, **a sustentabilidade dos telecentros comunitários, agentes de importância para garantir o direito à comunicação, é um assunto que vai mais além da geração de recursos** para assegurar sua sustentabilidade econômica.

Existem muitas experiências de telecentros com financiamento assegurado, cuja utilidade para o desenvolvimento humano é limitada, como os chamados “containers inteligentes” (containers de carga equipados com tecnologias digitais) que têm sido instalados em algumas comunidades. Igualmente, existem experiências que começam como telecentros comunitários mas cuja pressa de gerar recursos suficientes os faz afastar-se da missão social de desenvolvimento e converter-se em negócios do tipo cibercafé, comercialmente viáveis mas distantes das necessidades dos setores marginalizados.

Alternativas de sustentabilidade econômica

Um bom plano de gestão, com conhecimento do mercado, economia de recursos e capacidade de geração de lucro é muito importante para a operação de um telecentro. Mas, como acontece com as escolas ou com os hospitais públicos, nem sempre se pode esperar que os telecentros comunitários gerem recursos suficientes para assegurar sua viabilidade econômica.

Como serviço social, o financiamento das atividades de um telecentro pode ser assumido como parte do orçamento público de outros setores sociais (educação, saúde, cultura), para garantir a continuidade de sua missão de desenvolvimento.

Sustentabilidade social e cultural

Para que as atividades de um telecentro sejam duradouras e viáveis, este tem que levar em conta o contexto social e cultural em que se insere e responder a este contexto de maneira apropriada.

Se as pessoas sentem que o telecentro é patrimônio da comunidade, são mais criativas na procura de soluções que assegurem a sua manutenção.





As mulheres e os homens têm diferentes necessidades, possibilidades e interesses no uso dos telecentros.

Do mesmo modo, jovens e adultos têm expectativas diferentes, e não é o mesmo operar um telecentro em um meio urbano ou em uma comunidade indígena. Se os gestores do telecentro não levam em conta estas diferenças, não poderão assegurar a sua sustentabilidade social ou cultural.

Sustentabilidade política

A sustentabilidade política refere-se à importância de conseguir um marco regulador que proteja, promova e apóie os telecentros comunitários e suas atividades, com especial atenção às necessidades específicas dos setores mais pobres.

Isto pode ocorrer através da oferta de benefícios fiscais, acesso a novas tecnologias para conectividade sem fio ou via satélite, ou fundos para a instalação de infra-estrutura, capacitação e promoção de programas sociais, entre outros.

Sustentabilidade tecnológica

Apesar de os/as usuários/as dos telecentros geralmente não precisarem das mais recentes tecnologias para usarem os recursos com eficácia, é importante que se tenha um plano claro para assegurar sua sustentabilidade tecnológica. Isto é particularmente importante em vista da rapidez com que mudam as tecnologias digitais, o que faz com que os equipamentos e programas desatualizem-se rapidamente.

Nem sempre o mais barato é o melhor: pode ser mais caro legalizar, reparar ou atualizar equipamentos velhos que são doados do que adquirir equipamentos novos, com garantia e apoio técnico local.

Por outro lado, os programas de software livre, especialmente os que rodam em sistemas operacionais de fonte aberta como GNU/Linux, contribuem para reduzir os custos de implantação e de atualização dos programas.

A rede somos@telecentros oferece sem nenhum custo informação e programas para operar telecentros comunitários em plataformas GNU/Linux: www.chasquinet.org/linux/index.html

A comunidade de usuários e desenvolvedores de software livre no Brasil está presente nos seguintes sítios:

www.abrasol.org – Associação Brasileira de Software Livre
www.cipsga.org.br – Comitê de Incentivo à Produção de Software GNU e Alternativo (CIPSGA)
<http://debiana-br.cipsga.org.br> – Comunidade de desenvolvedores e usuários GNU/Linux (distribuição Debian-BR)
www.telecentros.sp.gov.br – Portal dos Telecentros da Prefeitura de São Paulo
www.softwarelivre.org – Projeto Software Livre do Rio Grande do Sul

Conseqüências negativas – como evitar

Estes são alguns exemplos de conseqüências negativas que têm ocorrido em telecentros comunitários. Ilustram o fato de que nem tudo o que acontece neles é necessariamente bom ou contribui para o desenvolvimento humano integral. É urgente aprender através da experiência para evitar ou reduzir resultados negativos.

Lutas de poder nos telecentros

Vários atores externos e internos querem assumir a coordenação, e isto leva a lutas de poder que deterioram as relações na comunidade. Em vários telecentros comunitários ocorreram disputas entre dirigentes ou líderes locais para controlar o acesso e o uso das instalações. Em outros casos, os telecentros se converteram em fontes de lucro pessoal por corrupção ou roubo.



Autoritarismo e exclusão

Os telecentros comunitários têm feito com que os grupos de poder local sintam-se ameaçados pelas possibilidades que se geram no espaço de encontro e o acesso a fontes de informação fora de seu controle. No Equador, por exemplo, os homens de uma comunidade fizeram fechar o telecentro como maneira de preservar seu poder e aumentaram os casos de violência doméstica contra as mulheres nessa comunidade.

Pornografia e tráfico sexual

A participação em alguns espaços interativos (salas de bate-papo, sítios Web) tem exposto jovens a maus tratos e abusos psicológicos. Se não há um acompanhamento e capacitação apropriada, pode aumentar o uso dos recursos da rede para buscar pornografia. Em alguns casos, isto tem conduzido a várias formas de exploração e tráfico sexual, especialmente de crianças e jovens da comunidade.

Exemplos de experiências de telecentros comunitários

Estes são alguns exemplos dos milhares de telecentros comunitários que funcionam em diferentes situações na América Latina e Caribe. Veja também alguns dos exemplos brasileiros mais significativos, descritos em detalhe a partir da página 28.

CABILDOS INDÍGENAS DO NORTE DO CAUCA (ACIN), COLÔMBIA www.inforcauca.org/quilichao

Este telecentro origina-se na Unidade de Comunicação do Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT), em Cauca, Colômbia, mas é dirigido de maneira autônoma por indígenas Paece em Santander de Quilichao. Trata-se de uma organização de base em cujos territórios vive-se uma situação de violência e narcotráfico. O telecentro ACIN converteu-se em uma central de comunicação e suporte para ajudar a solucionar os conflitos da zona. Tem ajudado nas lutas pelos direitos humanos e advoga a paz no país.

CTC 0187, ARGENTINA www.radioctc.com.ar

O Centro Tecnológico Comunitário 0187 de Santa Rosa opera desde outubro de 2000 nos pampas argentinos. Este CTC é parte do Programa Nacional para a Sociedade da Informação (PSI) do governo federal, criado durante o governo Menem, e é um dos poucos que vem conseguindo sobreviver à falta de planejamento do programa e às crises do país. Juan, seu coordenador, traz as boas e más experiências da vida em um bairro pobre através da rádio comunitária via Internet. Este CTC depende da Prefeitura, mas tem buscado outras fontes de apoio para se manter. Seu trabalho com meninas e meninos pobres tem convertido o CTC em um espaço de aprendizagem e afeto. A rádio Internet já opera há dois anos.



JOVEN CLUB, CUBA
www.jcce.org.cu

O *Joven Club de Computación y Electrónica* nasceu em 1987 como um projeto pioneiro na América Latina de democratização da informática, e converteu-se num programa de governo, com o objetivo de socializar o ensino da computação e a eletrônica, trazendo mais oportunidades à infância e juventude. Hoje são dezenas de telecentros em 15 províncias cubanas, fornecendo à comunidade, além do aprendizado no uso da informática, também o acesso à Internet.

TELECENTRO ITCHIMBIA, EQUADOR
www.barriocom.net

É parte do projeto BarrioNet, apoiado pela Fundação ChasquiNet. Itchimbia é um bairro urbano marginal da cidade de Quito, nascido de uma invasão territorial. Seus habitantes vêm organizando-se em torno de suas necessidades de moradia e serviços básicos. O telecentro é um local de encontro de vários grupos organizados que tentam apoiar-se nas tecnologias digitais para solucionar as suas necessidades básicas.

TELECENTRO TOTOLAPAN, MÉXICO
www.telecentros.org.mx

Este telecentro nasceu como iniciativa de uma instituição acadêmica e lentamente tem ganhado aceitação na comunidade de Morelos, próxima à cidade do México. No princípio, a participação da comunidade se deu através de aproximação com grupos e instituições relacionadas com a educação. A operação do telecentro está nas mãos de jovens que se comprometeram com a sua comunidade, conseguindo uma apropriação real do telecentro e seus serviços. Em junho de 2003 o telecentro celebrou seu terceiro aniversário.



TELECENTRO PAULO FREIRE, VENEZUELA

www.tele-centros.org

O telecentro está na paróquia São Luis do Município de Valera e conta com diversas organizações comunitárias fortes que têm necessidades comuns. O telecentro trabalha principalmente em apoio à educação e busca consolidar uma boa biblioteca pública. Um grupo de animação juvenil é gestor do telecentro e procura apoiar a democratização do acesso, uso com sentido social e apropriação das tecnologias digitais.

CENTRO DE ALTERNATIVA RURAL DA COMUNIDADE DO LIMÓN DE OCOA, REPÚBLICA DOMINICANA

www.kiskeya-alternative.org/limon

No verão de 1987 o projeto EcoPartners levou dois computadores portáteis a Limón de Ocoa. Durante o dia, cinco estudantes da Universidade de Cornell (USA) trabalhavam na instalação de uma pequena planta hidroelétrica e à noite ensinavam os vizinhos a usar o computador. Milo Echavarría, agricultor da área, organizou as primeiras oficinas de comunicação para a comunidade. Foi assim que o projeto hidroelétrico vinculou-se com a área agrícola: os/as jovens envolveram-se no processo, motivados pelo uso das tecnologias de informação e comunicação e, finalmente, implantaram seu telecentro.



Lições aprendidas nas experiências de telecentros comunitários

Esta é uma síntese de algumas das lições mais importantes que foram aprendidas nas experiências de telecentros comunitários na América Latina e Caribe.

1. Diversidade

Não existem modelos universais e sim experiências adequadas a cada situação. Os telecentros comunitários respondem às condições específicas, à cultura local e às necessidades das comunidades nas quais se estabelecem. Os/as usuários/as também têm interesses e experiências diversas.

2. Apoio aos processos locais

Os telecentros comunitários operam no âmbito local de suas comunidades e ajudam a solucionar problemas locais concretos. Não são um fim em si mesmos: oferecem instrumentos de apoio à organização e promoção comunitária, em combinação com outros meios e ferramentas de comunicação.

3. Incidência mais ampla

O intercâmbio de informação e experiências (positivas e negativas), e o fortalecimento de redes nacionais e regionais, fazem com que os telecentros comunitários tenham um alcance muito além do local, para incidir nas agendas nacionais de conectividade e na formulação de políticas públicas em níveis nacional e global.

4. A sustentabilidade não é só econômica

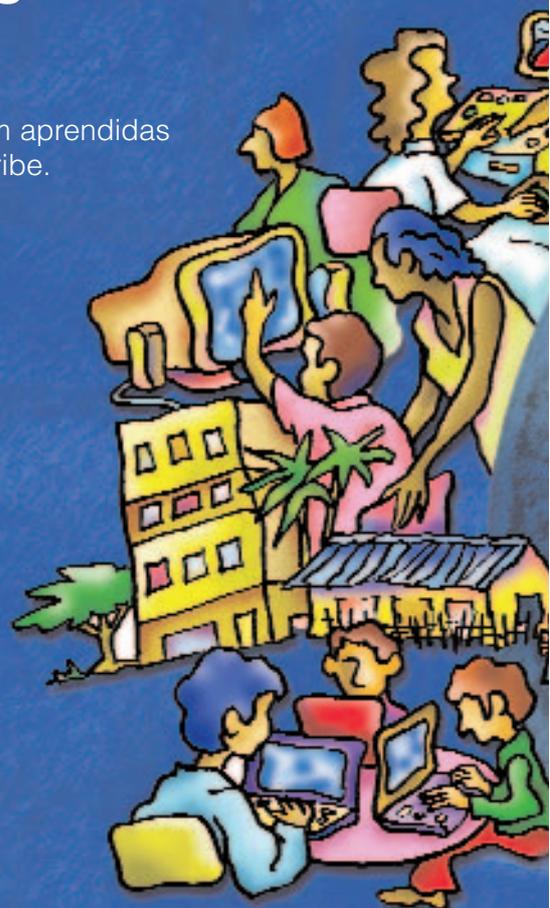
Ainda que seja importante gerar recursos próprios e não depender de fontes externas de financiamento, os telecentros comunitários enfrentam também o desafio de assegurar sua sustentabilidade política, tecnológica e social. Em alguns casos, estes últimos aspectos podem chegar a ser mais vitais que a sustentabilidade econômica.

5 – Operadores e operadoras são um recurso estratégico

Para assegurar a relevância social dos telecentros comunitários, os operadores e operadoras são mais que técnicos em computação: realizam tarefas de promoção comunitária, facilitação de grupos, identificação de problemas e oportunidades, e gestão de informação.

6. Capacitação permanente é crucial

Tanto operadores/as como usuários/as necessitam capacitação permanente para fortalecer o uso e apropriação das ferramentas que oferece o telecentro comunitário. Grupos com necessidades especiais (jovens, analfabetos, indígenas) necessitam atenção e dedicação específicas.



7. As relações de gênero são importantes

Mulheres e homens têm diferentes necessidades no uso dos serviços dos telecentros comunitários. É necessário planejar estratégias específicas para atender a cada um e a cada uma com igualdade de oportunidades e ajudar a transformar as desigualdades em relações mais justas entre homens e mulheres.



8. Os telecentros comunitários fortalecem a auto-estima

Através do uso e apropriação dos telecentros comunitários, fortalece-se a auto-estima, a confiança e a visão positiva do futuro nas comunidades. Ao enfatizar o crescimento pessoal e a organização comunitária, apóiam-se transformações profundas e duradouras, essenciais para o desenvolvimento humano integral.

9. O monitoramento e a avaliação são ferramentas de aprendizagem

Ao documentar e sistematizar as próprias experiências dos telecentros e aprender com as de outros, fortalece-se a qualidade e a relevância dos serviços oferecidos. O monitoramento e a avaliação permitem aprender e melhorar a ação dos telecentros comunitários para o desenvolvimento.

10. A conectividade é importante mas não suficiente

A ênfase na missão social faz com que o trabalho com a comunidade seja muito mais importante que a tecnologia ou a conectividade. Estas ajudam o desempenho dos telecentros comunitários mas não são suficientes para assegurar sua contribuição ao desenvolvimento humano integral.